

**ATA DA 24ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 27/03/2002

Início: 9:45 h

Término: 17:20 h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (demetrios.christofidis@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: Victor Carvalho Pinto (victorcp@planalto.gov.br)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: (ausência justificada)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste:
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência justificada)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e assoc. interm. de bacias hidrográficas: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Décio Michellis Jr. – Enerpeixe (rela@zaz.com.br)
Francis Priscilla Vargas Hager - SRH/MMA (ffvargas@terra.com.br)
Gustavo Henrique de Araújo Eccard – SEMARH/DF (gustavoeccard@ig.com.br)
Gustavo O. Campos (gocampos@zipmail.com.br)
Marcio R. Rodrigues de Freitas – SEMA/RS (marciorrff@sema.rs.gov.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD (iude@cvrd.com.br)
Maria Luiza Werneck – CNI (mwerneck@cni.org.br)
Ricardo Lofrano Fraguas – Votorantim Metais (fraguas@vz.cmm.com.br)
Sebastião Virgílio de Almeida Figueiredo (svaf@mail.com)
Wilson de Azevedo Filho – SRH/MMA (wilson.filho@mma.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e sete de março de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente desta Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, deu início à 24ª Reunião da mesma. Deu boas vindas aos novos membros e elogiou a decisão do Conselho ao aumentar o número de membros das Câmaras Técnicas. Em seguida, agradeceu sua recondução à Presidência da CT, ocorrida na reunião anterior, e colocou os presentes a par das últimas notícias referentes à publicação das modificações do Regimento Interno, aprovadas pelo CNRH: como a Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente entendeu que, dos artigos encaminhados, dois modificariam o Decreto nº 2.612, de 1998, e desta forma, deveriam ser motivo de decreto, e não portaria, ficou justificada a publicação do Decreto nº 4.174, de 25 de março de 2002 (**Anexo II**). Houve comentários referentes ao teor do referido Decreto e ressaltada a importância das alterações relativas ao quorum para instalação das reuniões do Conselho. Complementando, a Dra. Cristina Yuan lembrou a necessidade de manutenção do quorum durante as reuniões do Conselho. Nesse momento, o Dr. Júlio Thadeu solicitou a distribuição, aos membros da Câmara Técnica, de cópias de propostas de resolução sobre cobrança, sendo uma elaborada pela SRH/MMA e outra, pela ANA, sobre a versão original da SRH; comunicou a intenção de se chegar a um texto básico para posterior divulgação pública, através da internet e reuniões, para recebimento de sugestões. Assim sendo, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho, dentro da Câmara Técnica, com o intuito de promover a fusão das duas propostas para, então, a Câmara

chegar a uma proposta de texto básico. Ficou acordada a participação da SRH/MMA, representada pelo Sr. Wilson, e da ANA, representada pela Dra. Célia Cristina. Candidataram-se também a Dra. Leila, Dra. Cristina Yuan e Dra. Aparecida. Com isso, ficou assim a composição do Grupo de Trabalho: Dr. Wilson (ponto focal), Dra. Célia Cristina, Dra. Leila, Dra. Cristina Yuan e Dra. Aparecida. Em seguida, o Dr. Júlio colocou em pauta a aprovação da Ata da 23ª Reunião da CT, o que ocorreu após algumas modificações solicitadas. A Dra. Cristina Yuan questionou a pertinência de se continuar discutindo, no âmbito da Câmara Técnica, o substitutivo do Projeto de Lei nº 1.616, de 1999, incluído na pauta da reunião, e sugeriu a retirada do assunto do Cronograma de Atividades da CT. A Dra. Maria de Lourdes salientou que a forma de encaminhar sugestões de modificações ao relator, Dep. Fernando Gabeira, não é mais através do Conselho, uma vez que o referido substitutivo já foi discutido na VI Reunião Extraordinária do Conselho e as sugestões apresentadas, devidamente encaminhadas ao relator. O Dr. Júlio salientou que as propostas de modificações são pessoais e não do CNRH. Com isso, ficou acertada a retirada da discussão do substitutivo do Cronograma de Atividades da CT. Dando prosseguimento, o Dr. Júlio propôs iniciar as discussões sobre as propostas de alteração do Regimento Interno do CNRH. A Dra. Maria de Lourdes leu e-mail enviado pela Dra. Patrícia Boson questionando a oportunidade da discussão do Regimento Interno uma vez que o mesmo deverá sofrer as modificações já aprovadas pelo Conselho, ainda não publicadas, reportando-se ao decreto que dobra o número de membros do CNRH. O Dr. Júlio ponderou que devemos trabalhar no presente, com a forma atual do Regimento, e não ficar no aguardo de futuras modificações. Foram então abertas as discussões sobre o Regimento Interno. O Dr. Hugo sugeriu, no caput do art. 1º, a citação apenas da Lei nº 2.612, de 1998, e, conforme orientação oriunda da Presidência da República, indicar-se “alterações posteriores” para as demais alterações. A Dra. Maria Luiza considerou didática a citação de todas as alterações ocorridas e a Dra. Célia lembrou que, a não citação de uma Lei no caput, obriga a citação da sua data de publicação por extenso durante o documento. A Dra. Dalvacir sugeriu a adoção do modo mais conciso para o referido caput, com anexo explicitando as modificações. Após discussões, ficou acertada a permanência da forma mais completa para o caput inicial ou seja, com a citação das modificações ocorridas. Em prosseguimento, o Dr. Márcio, referindo-se à composição do CNRH, questionou a presença dos Comitês como representantes das organizações civis uma vez que os mesmos são parte integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. O Dr. Júlio lembrou que, na proposta de aumento do número de membros do Conselho, objeto de Decreto ainda não publicado, estão sendo criadas vagas específicas para comitês e consórcios. A Dra. Aparecida colocou a improbidade dos comitês como representantes, no CNRH, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e o Dr. Márcio esclareceu que sua reivindicação pretende dar o devido destaque aos Comitês. O Dr. Jair salientou que os comitês são a essência do SINGREH e concluiu que, desta forma, deveriam ter vaga específica no Conselho. Nesse momento, às 13:10 horas, foi proposto intervalo para almoço. No retorno dos trabalhos, às 14:45 horas, o Dr. Júlio lembrou as decisões referentes às modificações no Regimento Interno do Conselho, tomadas na primeira parte da reunião. Prosseguiu solicitando à Dra. Aparecida o devido encaminhamento, ao fórum dos Comitês, das ponderações referentes à representatividade dos mesmos no CNRH. Com relação às discussões sobre o artigo 4º do Regimento, foi evidenciada a necessidade da adequação do mesmo ao Decreto nº 4.174, de 2002. As discussões sobre o Regimento Interno se estenderam até às 17:00 horas e as modificações sugeridas, anexas à esta Ata (**Anexo III**); ao final, foram lembrados alguns pontos a serem abordados, quando da continuidade das discussões: definições para o uso adequado de “moção” e “recomendação”; necessidade de entendimento relativo à possibilidade de, nas reuniões do Conselho, ocorrer deliberação com a maioria simples dos presentes e, melhor definição em relação aos “pedidos de vistas”. Já em “Assuntos gerais”, a Dra. Aparecida citou o Glossário de termos técnicos, lançado pela ANA, o qual sobrepõem o glossário previsto no Cronograma de Atividades desta Câmara. Esclareceu-se que o referido trabalho é uma atualização do glossário editado inicialmente pelo DNAEE e, mais recentemente, pela ANEEL. Foi consenso que uma das formas de alimentação do glossário previsto nos trabalhos da CT é a compilação dos diversos trabalhos similares existentes. Finalizando, às 17:20 horas, o Dr. Júlio agradeceu a presença de todos e confirmou a realização da próxima reunião da CT para o dia 17 de abril próximo, neste mesmo local.

Presidente

WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores